

Algumas influências do racismo no processo de aprendizagem

Some influences of racism on the learning process

Algunas influencias del racismo en el proceso de aprendizaje

Racismo räimbore michĩmi opokoháicha ñeporombo'ére

Antonio Cordeiro de Souza Junior

<https://orcid.org/0009-0004-4817-9676>

Fecha de recepción 26/08/2025

Fecha de aceptación 19/11/2025.

Nota do autor

antoniojunior3@gmail.com

Universidade de Santo Amaro

Abstract

Racism today is one of the most politically charged words in our vocabulary, and also one of the most controversial. Is racism merely the attitude of one group toward another, or does it also encompass the belief in biological or cultural superiority? Institutional racism is a term that has been gaining prominence in social, political, and academic discussions in Brazil. This topic addresses how racial inequalities, deeply rooted in social structures, affect the cognitive development and academic performance of Black students. The neuropsychopedagogical analysis of this issue investigates how social and racial conditions influence the brain and behavior of these students, proposing pedagogical approaches that take into account the cultural and emotional specificities of these pupils.

Keywords: Racism, institutional racism, racial inequality, neuropsychopedagogical analysis, pedagogical approaches.

Resumo

O racismo é hoje uma das palavras com maior carga política em nosso vocabulário e, também, uma das mais controversas. Seria o racismo apenas a atitude de um grupo em relação a outro, ou abarcaria também a crença na superioridade biológica ou cultural? O racismo institucional é uma expressão que vem ganhando destaque nas discussões sociais, políticas e acadêmicas do Brasil. Este tema aborda como as desigualdades raciais, profundamente enraizadas nas estruturas sociais, afetam o desenvolvimento cognitivo e o desempenho acadêmico de estudantes negros. A análise neuropsicopedagógica do tema investiga como as condições sociais e raciais influenciam o cérebro e o comportamento desses estudantes, propondo abordagens pedagógicas que considerem as especificidades culturais e emocionais desses alunos.

Palavras-chaves: Racismo, racismo institucional, desigualdade racial, análise neuropsicopedagógica, abordagens pedagógicas.

Resumen

El racismo hoy en día es una de las palabras con mayor carga política en nuestro vocabulario y, también, una de las más controvertidas. ¿Es el racismo solo la ac-

titud de un grupo hacia otro, o también engloba la creencia en una superioridad biológica o cultural? El racismo institucional es una expresión que ha ido ganando prominencia en las discusiones sociales, políticas y académicas en Brasil. Este tema aborda cómo las desigualdades raciales, profundamente arraigadas en las estructuras sociales, afectan el desarrollo cognitivo y el desempeño académico de los estudiantes negros. El análisis neuropsicopedagógico de este fenómeno investiga cómo las condiciones sociales y raciales influyen en el cerebro y el comportamiento de los estudiantes, proponiendo enfoques pedagógicos que consideren las especificidades culturales y emocionales de estos alumnos.

Palabras clave: Racismo, racismo institucional, desigualdad racial, análisis neuropsicopedagógico, enfoques pedagógicos.

Ñemombyky

Racismo niko ko'ága rupi ñe'ẽ hetaita mba'e he'iseva oguerúva ijehe ha avei jeyvéramo oporomopu'áva ojováre. Ko ñe'ẽpiko he'ise mba'éichapa ohecha ha oñemoĩ peteĩ tapicha aty ambue rondépe año térãpa oiméne oguerosyryry tembiguerovia aipo oĩha umi ava itenonde ha ijyvatevéva hete ha iñarandupy rupi. Racismo oñembohapóva temimoĩmbyha rupi rehe oñeñomongeta mbareteve ojejúvo ko'ẽreire, taha'e tapicha aty, polítiha ha mbo'ehaovusuha rehe Brasil-pe. Ko ñe'erãme oñehesa'ỹjo mba'éichapa tekojoavy raza-kuére, hapohatáva gueteri tetãyguakuéra apytépe, opoko umi temimbo'e kambáva oikuaa ha oñemoarandúvo mbo'ehaoháre. Ko jeporekapy oñehesa'ỹjóva neuropsicopedagía resa guive ohepykuereka mba'éichapa temimbo'ekuéra reko ha ipire sa'y opoko iñapytu'ũ ha iñemongu'ére ha omboguejy peñorombo'e rape oguerékóva hesa renondépe temimbo'ekuéra arandupy ha iñeñanadu oñemoarandu haña.

Mba'e mba'érepa oñeñe'ẽ: Racismo, racismo temimoĩmbyhápe, joavy raza-kuére, ñehesa'ỹjo neuropsicopedagía guive, ñeporombo'e rape.

Algumas influências do racismo no processo de aprendizagem

O termo raça, no século XIX, era baseado nas classificações taxionômicas das ciências biológicas pelas quais os seres vivos eram categorizados. Assim, presumia-se que, nos grupos humanos, características genéticas determinavam características fenotípicas e mesmo sociais. A expressão, ainda hoje utilizada, que bem exemplifica essa associação, é dizermos que uma pessoa tem determinado comportamento ou habilidade porque “está no sangue”.

A aplicação da teoria darwinista às ciências humanas produziu teorias racialistas e evolucionistas sociais que partiam de premissas de que haveria uma superioridade racial de determinados grupos sociais sobre outros e que a história humana era unilateral e dividida em fases, as quais levariam da barbárie à civilização (as sociedades consideradas superiores julgavam-se no estágio de civilização). Esse tipo de pensamento serviu como justificativa para empreendimentos neocoloniais e também para a já estabelecida escravidão de povos não brancos, que reverberaria nos séculos seguintes nas mais variadas formas de racismo.

Dessa maneira, o trabalho aqui apresentado ficou organizado em duas partes: A influência do Racismo Institucional e o desenvolvimento da discussão em cima das estruturas da influência do Racismo Social.

Problematização temática

O racismo, presente de forma estrutural na sociedade brasileira, reflete-se de maneira profunda no contexto educacional, interferindo diretamente no processo de aprendizagem e na trajetória escolar de muitos estudantes. Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas em termos de políticas públicas e legislações que promovem a igualdade racial, como as Leis nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, e a 11.645/08 que abrange a história indígena, a realidade escolar ainda evidencia práticas e discursos que reforçam a exclusão e o preconceito. Nesse sentido, o ambiente escolar, que deveria ser um espaço de acolhimento e de construção da cidadania, muitas vezes reproduz desigualdades históricas e culturais que afetam o desempenho e o desenvolvimento dos alunos.

O problema central reside no fato de que o racismo, ao manifestar-se nas relações cotidianas e nas estruturas institucionais da escola, compromete não apenas a aprendizagem, mas também a autoestima, o pertencimento e a per-

manência dos estudantes negros e indígenas no sistema de ensino. A ausência de representatividade nos conteúdos curriculares, o preconceito velado nas interações e a falta de preparo dos educadores para lidar com a diversidade cultural agravam essa situação, produzindo um ciclo de exclusão e desmotivação. Diante disso, torna-se fundamental refletir sobre as formas como o racismo influencia o processo educativo e sobre a necessidade de uma prática pedagógica verdadeiramente antirracista, capaz de promover uma educação mais justa, plural e emancipadora. Orienta a discussão a seguinte pergunta geral: Quais influências do racismo no processo de aprendizagem dos alunos? De onde se desprende estas perguntas mais específicas: Como a instituição influi de maneira racista no processo de aprendizagem dos alunos? Como a estrutura social influi de maneira racista no processo de aprendizagem dos alunos?

Justificativa

A escolha deste tema justifica-se pela importância de compreender como o racismo, presente de forma estrutural na sociedade, interfere no processo de aprendizagem e no desenvolvimento educacional dos estudantes. Apesar dos avanços legais e pedagógicos voltados à promoção da igualdade racial, como as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, o ambiente escolar ainda reproduz práticas discriminatórias, estereótipos e currículos que silenciam as contribuições de povos africanos e indígenas. Essas manifestações, muitas vezes sutis, impactam a autoestima, o rendimento e o sentimento de pertencimento dos alunos, comprometendo o direito à educação de qualidade e à equidade. Assim, este estudo se justifica pela necessidade de fomentar reflexões críticas e propor uma prática pedagógica antirracista, capaz de valorizar a diversidade, promover o respeito às diferenças e contribuir para uma formação cidadã mais justa e inclusiva.

Método

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter bibliográfico, fundamentada na análise de produções teóricas que abordam a relação entre racismo e processo de aprendizagem. Os dados foram extraídos de textos e obras de autores qualificados e reconhecidos na área, os quais foram analisados, confrontados e interpretados à luz dos objetivos propostos. Para a interpretação dos dados, adotou-se o método hermenêutico, entendido como a “arte de interpretação dos textos”, que possibilita uma leitura crítica, reflexiva

e contextualizada das fontes consultadas, buscando compreender de forma aprofundada as múltiplas dimensões do fenômeno estudado.

Influência do racismo institucional

Racismo institucional refere-se a processos, atitudes e comportamentos discriminatórios incorporados nas operações rotineiras de instituições como escolas, hospitais, tribunais e empresas. Essas práticas não precisam ser intencionais para causar danos; muitas vezes, elas resultam de tradições e normas históricas que favorecem um grupo racial em detrimento de outros.

Na educação, o racismo institucional pode ser observado na diferença de qualidade entre escolas em bairros predominantemente brancos e aquelas em bairros majoritariamente negros. Estudantes negros frequentemente enfrentam expectativas acadêmicas mais baixas e punições disciplinares mais severas, o que afeta seu desempenho e desenvolvimento educacional.

No setor de saúde, o racismo institucional se manifesta no acesso desigual aos serviços de saúde, tratamentos diferenciados e sub-representação de profissionais negros. Isso leva a piores resultados de saúde para a população negra, que tem menor acesso a cuidados preventivos e tratamentos de qualidade.

No mercado de trabalho, a discriminação pode ser vista na falta de diversidade nos níveis superiores de gestão, disparidades salariais e menores oportunidades de ascensão profissional para funcionários negros. Empresas muitas vezes adotam práticas de contratação e promoção que, mesmo não intencionais, perpetuam a exclusão.

O sistema de justiça criminal é um dos exemplos mais claros de racismo institucional. Policiamento mais agressivo em comunidades negras, sentenças mais duras para réus negros e maiores taxas de encarceramento são evidências de um sistema que trata as pessoas de forma desigual com base na raça.

No mercado imobiliário, práticas discriminatórias e políticas habitacionais falhas resultam em segregação residencial e desigualdade no acesso a moradias de qualidade. Áreas majoritariamente negras muitas vezes enfrentam desinvestimento, resultando em infraestrutura precária e serviços públicos inadequados.

O racismo institucional é uma barreira significativa à igualdade racial. Apenas através do reconhecimento e da ação sistemática podemos começar a dismantlar essas estruturas injustas. Promover uma sociedade mais justa e igualitária exige esforço conjunto e comprometimento de todas as instituições e indivíduos.

O Racismo hoje é uma das palavras mais politicamente carregadas de nosso vocabulário e também uma das mais controversas, talvez por isso toda a luta antirracista torna-se uma luta não contra as condições materiais e intelectuais que produzem e reproduzem o racismo, mas tão somente contra aqueles que difundem ou são privilegiados por ele. Será que racismo seria apenas a atitude de um grupo racial ou seria também uma crença de uma superioridade biológica ou cultural também? O significado do conceito está muito além disso, é preciso compreender que o ato racista não é apenas sobre questões individuais, mas sobre as estruturas (racismo estrutural que veremos adiante) e instituições que produzem e reproduzem a desigualdade racial. O historiador e sociólogo afro-americano Du Bois em 1903 afirmou que: “O problema do século XX seria o problema da linha de cor, que a mais escuras definiria o problema e a linha divisora de nossa sociedade” (p. 96). As desigualdades raciais não são exclusivas do Brasil. As ideologias de superioridade e inferioridade de seres humanos se reproduzem há séculos em todo o mundo, através de sistemas de dominação e subjugação que herdamos das épocas da escravidão, do colonialismo, do imperialismo e do

O termo raça, no século XIX, era baseado nas classificações taxionômicas das ciências biológicas pelas quais os seres vivos eram categorizados. Assim, presumia-se que, nos grupos humanos, características genéticas determinavam características fenotípicas e mesmo sociais. A expressão, ainda hoje utilizada, que bem exemplifica essa associação é dizermos que uma pessoa tem determinado comportamento ou habilidade porque “está no sangue”.

A aplicação da teoria darwinista às ciências humanas produziu teorias racialistas e evolucionistas sociais que partiam de premissas de que haveria uma superioridade racial de determinados grupos sociais sobre outros e que a história humana era unilateral e dividida em fases, as quais levariam da barbárie à civilização (as sociedades consideradas superiores julgavam-se no estágio de civilização). Esse tipo de pensamento serviu como justificativa para empreendimentos neocoloniais e também para a já estabelecida escravidão de povos não brancos, que reverberaria nos séculos seguintes nas mais variadas formas de racismo.

Entre 1501 e 1870, mais de 12,5 milhões de africanos foram raptados, vendidos como escravos e transportados para o continente americano. Desses, 1 em cada 4 eram enviados para o Brasil, cerca de 4,8 milhões até a segunda metade do século XIX. Cerca de 20%, 1,8 milhão de pessoas, não chegaram ao destino – morreram de escorbuto, varíola, sarampo, sífilis, disenteria ou mesmo pela brutalidade dos traficantes. Muitas vezes os mortos jaziam por dias junto aos vivos nos navios negreiros até que fossem lançados ao mar.

Nesse período, até mesmo o hábito dos cardumes de tubarões do Oceano Atlântico foi modificado, conforme aponta o jornalista Laurentino Gomes em seu livro “Escravidão”. Alguns africanos suicidavam-se pulando em alto-mar, e os que sobreviviam à travessia, que podia durar meses, chegavam às novas terras debilitados, subnutridos, doentes, machucados e, por vezes, cegos devido a infecções oculares.

Encerrado o genocídio do povo negro por meio da escravidão (1888) e com o fim do período imperial em 1889, as elites brasileiras passaram a defender com veemência a vinda de europeus, haja vista que naquela altura imperavam ideais racistas que consideravam o negro como uma raça “decrépita” e “indolente”. A presunção de superioridade da raça branca transcendia, inclusive, o fato de a maioria dos imigrantes europeus dispostos a virem para o Brasil ser analfabeta e tecnicamente ignorante, vindo, por isso mesmo, para desempenharem funções e realizar trabalhos que já eram desenvolvidos por negros escravos e ex-escravizados há 350 anos.

A assembleia legislativa de São Paulo (1888) discutiu “uma proposta de imigração de europeus, e prometia-se, em síntese, a concessão de terras aos recém-chegados da Europa” (p. 32).

A discussão da identificação racial no Brasil não pode ser realizada sem o resgate da escravização do povo negro. É crucial lembrar que a escravização negra no Brasil, assim como em todas as colônias da América, foi fundamental para a manutenção e organização do processo de acumulação primitiva de capitais nas metrópoles. Partindo da premissa que a colonização das Américas estava completamente integrada ao processo de reprodução do capitalismo comercial, o papel dos negros foi decisivo para a construção e reprodução econômica do império europeu. Além disso, a ausência do escravizado resultaria na inexistência de uma estrutura econômica brasileira, dado que todo o processo produtivo no país se baseava no trabalho árduo dos corpos negros, tanto nas plantações de cana-de-açúcar quanto na mineração. Segundo Cruz (2018) “é

uma visão cultural, não só um preconceito individual, mas parte daquilo que chamo de uma cultura de subalternização do negro” (p.19).

As ideias racistas, apesar de refutadas empíricas e teoricamente no século XX, continuam persistindo nas mentes dogmáticas, conservadoras e obscurantistas, atraindo demagogos e arregimentando ignorantes em pleno século XXI. Os estereótipos construídos para discriminar nativos asiáticos, africanos e americanos persistem ao longo de mais de cinco séculos, sendo comum encontrá-los nas palavras e atitudes de pessoas de várias partes do planeta. Ainda que algumas situações tenham sido observadas na história de alguns povos, como a falta da escrita, tais circunstâncias não significam uma incapacidade cognitiva. Tampouco caracterizam uma subespécie humana para as teorias científicas atuais.

Para facilitar a integração dos “arianos”, sonho de consumo das antigas elites desse país, o governo brasileiro aprovou uma lei que permitia a naturalização automática e o pagamento das passagens aos imigrantes europeus brancos.

Por isso e apenas por isso, os danos causados pelas políticas públicas de segregação étnico-racial, implementadas contra a população negra no Brasil, são irreparáveis e irreversíveis, apesar de alguns esforços empreendidos para mitigá-los. O racismo institucional é um tema que, apesar de pouco discutido, tem profundas implicações na vida de milhões de pessoas. Trata-se de uma forma de discriminação racial que está enraizada nas normas, políticas e práticas das instituições públicas e privadas.

Diferente do racismo individual, que é explícito e direto, o racismo institucional é mais sutil e sistemático, perpetuando desigualdades de maneira estrutural.

O enlace entre modernidade, colonialidade e racismo nos traz a ideia de ingenuidade: pensá-las separadamente, o negro e a raça, são o subsolo inconfessável da modernidade. Seus primórdios, o Portugal de 1444, quando os primeiros negros vítimas de pilhagens e transformados em objetos, chegam ao velho continente. Como nos diz Mbembe (2020): “O negro é de fato o elemento central que, ao mesmo tempo, que permite criar, através da plantação, uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza...do trabalho mecânico e do controle do trabalho subordinado” (p.45). Mais, “a invenção do negro abrirá igualmente caminho a inovações fundamentais nos domínios dos

transportes, da produção, da comercialização e dos seguros” (p.16). A raça é a ficção útil que dá lastro à importação de mão de obra escrava e à plantação, o primeiro campo de concentração, o locus de uma violência de tipo molecular para conter a multiplicidade e a própria resistência. Ao tempo em que alarga seu horizonte espacial e econômico, o imaginário europeu se enclausura na invenção da auto-imagem de uma identidade sem relação, substancialista e solipsista, fundamento do etnocentrismo colonial, racializando toda persona não europeia. A invenção do negro é seu fim imediato e seu modelo heurístico. Como disse assertivamente Joaquim Nabuco (2021), político abolicionista: “O nosso caráter, temperamento, a nossa moral acha-se terrivelmente afetados pelas influências com que a escravidão passou 300 anos a permear a sociedade brasileira [...] enquanto essa obra não estiver concluída, o abolicionismo terá sempre razão de ser (pag 126)”. A revisão da literatura científica sobre os efeitos do estresse crônico causado pelo racismo, destacando como esse estresse afeta áreas do cérebro ligadas à memória, tomada de decisões, controle emocional e aprendizado. Segundo Cambi (1999), no século 19, a preocupação com a infância torna-se presente na sociedade e passa a ser concebida como uma etapa a ser tratada diferente da dos adultos, merecendo atenção específica às suas características.

À medida que essa etapa é compreendida como essencial à formação das crianças, em que suas especificidades sejam consideradas e validadas em um trabalho que as enxergue como seres em potencial, sujeitos históricos, de direitos, em constante aprendizagem, é importante elucidar os conceitos de cuidar e educar dentro das instituições.

Os avanços e descobertas na área da neurociência ligada ao processo de aprendizagem é, sem dúvida, uma revolução para o meio educacional. A Neurociência da aprendizagem, em termos gerais, é o estudo de como o cérebro aprende. É o entendimento de como as redes neurais são estabelecidas no momento da aprendizagem, bem como de que maneira os estímulos chegam ao cérebro, da forma como as memórias se consolidam, e de como temos acesso a essas informações armazenadas.

A neurociência no campo da educação apresenta uma compreensão objetiva dos processos mentais, considerando suas estruturas e funcionamento neuroquímico na compreensão do comportamento e questões relacionadas à aprendizagem.

Estudo das experiências de crianças e jovens racializados em escolas, com ênfase nas barreiras que enfrentam devido à discriminação racial. Reflexão sobre como essas experiências impactam o desenvolvimento cognitivo e emocional, dificultando a construção de um ambiente de aprendizagem saudável.

Influência do racismo social

O preconceito de pessoas com pele diferente, aspecto diferente, também é muito antigo tentando explicação ao racismo, a eugenia ou simplesmente melhoria das raças. A eugenia é a seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias com objetivo de melhorar as gerações futuras. O termo foi criado pelo cientista inglês Galton Francis (1822 - 1911), em 1883. A palavra eugenia deriva do grego e significa “bom em sua origem ou bem nascido” (p.71). Kabengele diz que o problema não está em classificar os seres humanos de acordo com a inegável variabilidade de características físicas, pois a classificação de elementos em grupos semelhantes contribui para a organização do pensamento e do conhecimento científico. No entanto, os europeus, pertencentes à raça branca, criaram esta classificação com caráter de hierarquização, colocando em uma escala de valor entre as raças, ou seja, afirmando que havia uma raça superior, no caso a branca, a outras. considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.” Atualmente, o conceito de raça não tem validade no campo das ciências naturais, mas estabeleceu-se como um conceito das ciências sociais para estudar, debater e criticar as desigualdades existentes entre as raças na sociedade.

A desigualdade étnico-racial, uma das características mais marcantes da sociedade brasileira, não decorre apenas da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas, principalmente, da hegemonia que o grupo racial formado pelas pessoas brancas exerce, sobretudo nas instituições, utilizando mecanismos institucionais para imposição dos seus interesses políticos e econômicos. Portanto, é crucial abordar o racismo social de maneira crítica e implementar mudanças que promovam um ambiente educacional e social mais equitativo. A criação de políticas inclusivas e a promoção da diversidade nas instituições podem não apenas mitigar os efeitos negativos do racismo nas funções cognitivas, mas também contribuir para o desenvolvimento de um ambiente mais justo e propício ao aprendizado e ao crescimento de todos os indivíduos, independentemente de sua origem racial.

A discriminação racial e seu impacto em pessoas negras têm sido documentados de forma interdisciplinar. Pieterse et al., (2012) apontam o compartilhamento de objetivos entre os trabalhos de Dubois, de Fanon e de Feagin, qual seja, que “as experiências de racismo impõem um fardo psicológico significativo sobre as pessoas” (p.2). De especial interesse para este estudo é o trabalho de Fanon (1952/2008), que argumentou que o racismo ocidental penetra as estruturas psíquicas do homem moderno de forma que opressor e oprimido terminam regidos por um mesmo registro de recalque e repressão. Contemporaneamente, os próprios estudos de psicólogos multiculturais (Carter, Helms, Parham, Pedersen, Ponterotto, Ridley, os irmãos Sue etc.) são elaborações do pensamento de Frantz Fanon.

O impacto da discriminação racial permanece objeto de estudo e tem ganhado força mundialmente (Carter, 2007; Helms, 1984; Helms & Cook, 1999; Paradies, 2006; Ridley, 2005; Sue & Sue, 2003, 2016). Os estudos sugerem uma conexão entre racismo e saúde física que parece continuar ao longo da vida da pessoa alvo. Elucidam uma gama de possíveis efeitos, os quais podem resultar do estresse do racismo e, por sua vez, comprometer a saúde mental, culminando no “dano por estresse traumático de base racial”.

Em um dos raros escritos nacionais (não indexado) sobre o tema, Silva (2005) afirma “sem medo de errar” (p. 129) que a grande maioria da população negra vive em incessante sofrimento mental devido, por um lado, às condições de vida precárias atuais e, por outro, à impossibilidade de antecipar melhor futuro. Ela aponta diversos sintomas físicos e psíquicos advindos da permanente condição “de tensão emocional, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento” (p.130), vivida cotidianamente pela pessoa alvo do racismo. Essa condição constante causa transtornos tais como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito. Parece ser ‘politicamente correto’ tratar o afro-descendente como ‘moreno’, palavra fortemente enraizada na cultura brasileira. É um exemplo de uma situação que revela uma estratégia simbólica de fuga de uma realidade em que a discriminação impera. Dessa forma, as pessoas procuram elementos de identificação em símbolos do grupo considerado social e economicamente dominante, no caso o brasileiro branco-europeu. Enfim, a exposição cotidiana a situações humilhantes e constrangedoras pode desencadear um número de processos desorganizadores dos componentes psíquico e

emocional (Silva, 2005). Em sendo um problema para a saúde física e mental da pessoa, esse sofrimento causado pelo racismo passa, necessariamente, a ser um problema de saúde pública. Como tal requer proposições de políticas públicas que garantam o direito a um serviço de saúde mental eficaz direcionado especificamente ao sofrimento da população negra produzido pelo racismo.

A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática exige que a educação vá além da mera transmissão de conteúdo. No contexto das desigualdades raciais, a escola se torna um espaço privilegiado tanto para a reprodução quanto para a desconstrução do racismo institucional.

É nesse cenário que emerge a necessidade de uma educação antirracista, fundamentada em práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças étnico-raciais e promovam equidade.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, representou um marco no enfrentamento das desigualdades educacionais. No entanto, sua efetividade ainda encontra resistências, seja pela ausência de formação adequada dos professores, seja pela reprodução de estereótipos nas práticas pedagógicas (Matos et al., 2017). Também destaca Munanga (2005), superar o racismo na escola não se resume à inserção de conteúdos, mas implica uma transformação profunda das mentalidades e das práticas institucionais. Do ponto de vista neuropsicopedagógico, a implementação de práticas antirracistas é também uma forma de proteção cognitiva.

Estudos demonstram que ambientes educacionais marcados pela discriminação racial aumentam o estresse tóxico, prejudicando funções como atenção, memória e autorregulação (Carter, 2007; Pieterse et al., 2012).

A criação de espaços pedagógicos inclusivos e acolhedores, por sua vez, contribui para a redução desses impactos, favorecendo o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes.

Nesse sentido, algumas estratégias neuropsicopedagógicas podem ser destacadas:

Promoção da autoestima e identidade positiva - Trabalhar a valorização da cultura e história afro-brasileira permite que estudantes negros construam uma autoimagem fortalecida, contrapondo-se às narrativas de inferiorização.

Formação docente continuada – A capacitação de professores em educação antirracista é essencial para que compreendam os efeitos do racismo no processo de aprendizagem e possam desenvolver práticas pedagógicas inclusivas (Orlando & Ferreira, 2014).

Intervenções socioemocionais – Atividades que desenvolvam empatia, resiliência e regulação emocional podem reduzir os efeitos do estresse causado pela discriminação, criando um ambiente de maior segurança psicológica para todos os estudantes.

Políticas institucionais integradas – A escola, como instituição, precisa adotar políticas claras de enfrentamento ao racismo, estabelecendo protocolos de denúncia e acompanhamento das situações de discriminação, em articulação com famílias e comunidades. Como destaca Paulo Freire (2005), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Ao se pensar numa educação antirracista, o compromisso não se limita ao ambiente escolar, mas se projeta na formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de construir uma sociedade mais justa.

Considerações finais

Durante a presente investigação, refletiu-se sobre a relação entre o racismo e o sistema de controle social no Brasil, procurando compreender o sentido da colonização no Brasil e como o processo de escravização da população negra resultou no desenvolvimento de teorias racialistas, levando, conseqüentemente, ao racismo e a exploração econômica contra a população negra afro-brasileira.

A análise do racismo institucional revela um fenômeno complexo que impacta profundamente as funções cognitivas e o processo de aprendizagem de indivíduos pertencentes a grupos racialmente marginalizados, afetando também a saúde mental e o bem-estar emocional dos estudantes. Um novo estudo do Departamento de Psiquiatria e Ciências Comportamentais da Universidade Emory explica como o estresse do racismo altera o cérebro e aumenta o risco de um indivíduo ter problemas médicos como asma, diabetes e dor crônica .

As descobertas deste estudo vão além do crescente corpo de evidências de que o racismo prejudica a saúde e o bem-estar geral da vítima. Este estudo

descreve o que realmente acontece com a estrutura da matéria branca no cérebro daqueles que sofrem racismo e discriminação.

Entendemos que a presença do racismo, como prática social, representa obstáculo à redução das desigualdades raciais, obstáculo que só pode ser vencido com a mobilização de esforços de cunho específico. Assim, a implementação de políticas públicas localizadas, capazes de dar respostas mais eficientes frente ao grave quadro de desigualdades raciais existente em nossa sociedade, apresenta-se como uma exigência na construção de um país com maior justiça social.

A ausência reiterada do Estado, em alguns casos, e a baixa qualidade dos serviços e dos atendimentos prestados pelas instituições à população negra em geral, são sinais explícitos do racismo institucional a partir do qual essas instituições operam historicamente. A constante exigência por dados desagregados e por indicadores capazes de expressar aquilo que cotidianamente vivencia a população negra brasileira não é recente; já percorreu um longo caminho e já se sofisticou ao extremo.

Como bem ressalta Michels (2005), os educadores precisam superar em muito os entraves que ainda impedem a sua prática docente para um atendimento pedagógico em um processo mais amplo e diverso, com igualdade e que de fato faça acontecer a escolarização dessas crianças.

Um aspecto deste artigo está em apontar o racismo como determinante para as desigualdades étnico-raciais. O Brasil passou por transformações importantes que, de certa forma, têm reformulado as agendas, tanto dos estudos sobre as desigualdades em geral como das desigualdades raciais. Tais transformações estão associadas a mudanças de caráter estrutural, assim como às formas de enfrentamento das desigualdades via políticas de inclusão social.

O racismo institucional é uma questão complexa e profundamente enraizada que impacta não apenas a vida social e econômica de indivíduos de grupos racialmente marginalizados, mas também suas funções cognitivas. As evidências demonstram que a discriminação sistemática e as desigualdades estruturais resultantes do racismo institucional podem levar a um estresse crônico, que afeta negativamente a memória, a concentração, a tomada de decisões e a autoestima.

Esses efeitos cognitivos têm implicações significativas para a sociedade como um todo. Quando um segmento da população enfrenta barreiras cog-

nitivas e emocionais devido ao racismo institucional, isso não apenas limita seu potencial individual, mas também reduz a diversidade de perspectivas e inovações que são essenciais para o progresso social e econômico. A exclusão de vozes diversas empobrece o debate público e impede a construção de soluções abrangentes para os desafios que enfrentamos. Portanto, é crucial que instituições educacionais, governamentais e organizacionais reconheçam e abordem o racismo institucional de maneira proativa.

Isso envolve a implementação de políticas que promovam a inclusão, a diversidade e o apoio a grupos marginalizados. Criar ambientes que valorizem a equidade não apenas mitiga os efeitos negativos do racismo nas funções cognitivas, mas também permite que todos os indivíduos alcancem seu pleno potencial. Estabelecer relações com a neuropsicodagogia na Educação Infantil é procurar assimilar a complexa relação do desenvolvimento das funções cerebrais, seus mecanismos biológicos que inferem diretamente na aprendizagem, no comportamento e na saúde das crianças no decorrer de sua vida.

Além disso, a conscientização e a educação sobre o racismo institucional são fundamentais para promover mudanças significativas. Fomentar um diálogo aberto e honesto sobre essas questões é essencial para dismantelar as estruturas que perpetuam a desigualdade. A formação de alianças entre diferentes grupos sociais e a promoção de iniciativas comunitárias podem fortalecer a luta contra o racismo e criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Considerando a relevância social do estudo sobre preconceito racial no Brasil, a luta contra o racismo institucional é uma responsabilidade coletiva que exige ação contínua e comprometida. Somente por meio de esforços conjuntos podemos garantir que todos tenham a oportunidade de prosperar, contribuindo para um futuro mais justo e equitativo. A construção de uma sociedade inclusiva não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o desenvolvimento humano e o progresso coletivo.

O racismo pode afetar as funções cognitivas de diversas maneiras, impactando a saúde mental e o desempenho acadêmico e profissional de indivíduos pertencentes a grupos racialmente marginalizados. Aqui estão algumas das principais formas pelas quais o racismo pode influenciar as funções cognitivas:

Estresse crônico: A experiência contínua de discriminação e preconceito pode levar a um estado de estresse crônico. Dificuldades de Concentração; A

preocupação constante com a discriminação pode desviar a atenção dos indivíduos.

Impacto na Memória: O estresse e a ansiedade associados ao racismo podem prejudicar a capacidade de retenção e recuperação de informações. Fica claro que a consciência moral implica uma espécie de cisão, uma ruptura da consciência, com uma parte clara que se opõe à parte sombria. Para que haja moral, é necessário que desapareça da consciência o preto, o escuro, o negro. A identidade negra madura resulta do reconhecimento das reações específicas dos negros aos abusos hegemônicos dos brancos e de uma avaliação moral dessas reações, de modo que a condição humana dos negros não dependa da redução dos outros a deuses ou demônios. Mbembe (2014, p. 43) nos afirma: O Negro é de facto o elemento central que, ao mesmo tempo que permite criar, através da plantação, uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza na época, acelera a implantação do capitalismo mercantil, do trabalho mecânico e do controlo do trabalho subordinado. Nesta altura, a plantação representa uma inversão de formato, e não simplesmente do ponto de vista da privação de liberdade, do controlo de mobilidade da mão-de-obra e da aplicação ilimitada da violência. A invenção do Negro abrirá igualmente caminho a inovações fundamentais nos domínios do transporte, da produção, da comercialização e dos seguros. Por isso, um negro estará a todo momento combatendo a própria imagem em detrimento ao racismo que não afeta apenas a vida social e econômica dos indivíduos, mas também tem um impacto profundo em suas funções cognitivas. Abordar essas questões é fundamental para promover a equidade e garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. A criação de ambientes inclusivos e de apoio pode ajudar a mitigar esses efeitos e promover o bem-estar cognitivo e emocional de todos os indivíduos.

A abordagem neuropsicopedagógica é fundamental para entender e abordar essas questões. Ao integrar conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia, é possível desenvolver intervenções que considerem as especificidades culturais e raciais dos alunos. A promoção de uma educação antirracista, que valorize a diversidade e a equidade, é essencial para criar um ambiente de aprendizado que favoreça o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Quando aplicada ao contexto do racismo, a neuropsicopedagogia pode oferecer insights valiosos sobre como as desigualdades raciais impactam o desenvolvimento cognitivo e o desempenho acadêmico de indivíduos de grupos racialmente marginalizados.

A neuropsicopedagogia cita acima os vários conhecimentos que integra, visando compreender como o cérebro processa a aprendizagem e como intervenções podem ser realizadas para superar dificuldades educacionais.

O racismo, por sua vez, é uma forma de discriminação estrutural que consequentemente transforma como que um conjunto de práticas institucionais e interpessoais que geram exclusão. São institucionais porque já estão inseridas na ideologia, mas elas se refletem no comportamento interpessoal das pessoas de forma automática, irracional e irrefletida.

Então, por mais que as pessoas falem que não são racistas, existe toda uma ideologia por trás que sustenta esse racismo que se baseia na ideia de inferioridade ou superioridade de determinadas raças ou etnias, o que se reflete em práticas de exclusão, violência e preconceito. Quando se considera a relação entre neuropsicopedagogia e racismo, é possível perceber como o racismo impacta o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos, influenciando diretamente suas experiências de aprendizagem.

Referências Bibliográficas

- Appiah, K. A. (1997). *Na casa de meu pai*. Contraponto.
- Carter, R. T. (2007). Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. *The Counseling Psychologist*, 35(1), 13–105.
- Cruz, S. S. (2018). Mito da democracia racial e Estado brasileiro: a materialidade da fantasia. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 16(1), 1–19.
- Dandara, C. (2014). Racismo institucional: um desafio na atenção à saúde da população negra com doença falciforme em João Pessoa-PB [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN. Disponível em https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19608/1/DandaraBatistaCorreia_DISSERT.pdf
- Du Bois, W. E. B. (2021). *As almas do povo negro*. Veneta.
- Evaristo, C. O. (2008). Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, 23, 1–17.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Editora UFBA.
- Fanon, F. (2010). *Os condenados da Terra*. Editora UFJF.
- Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 374–389.
- Fernandes, F. (2007). *O negro no mundo dos brancos*. Global.
- Francisco, J. W. E. (2008). Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. *Ciência & Educação*, 14(3), 397–416.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. (42ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia da autonomia*. (33ª ed.). Paz e Terra.
- Gomes, J. L. (2022). *Laurentino Gomes lança terceiro e último volume da trilogia*

- “Escravidão”. [Entrevista concedida a] Rota Cult. Rota Cult. <https://rotacult.com.br/2022/07/laurentino-gomes-lanca-terceiro-e-ultimo-volume-da-trilogia-escravidao/>
- Instituto Mulher Negra. (2013). *Racismo institucional: uma abordagem conceitual*. (J. Werneck, Ed.). <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/381>
- Matos, M. S., Bispo, A. M. C., & Lima, E. A. C. (2017). Educação antirracista e a Lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA. *Holos*, 2, 349–359.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 Edições.
- Mbembe, A. (2019). *Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Vozes.
- Munanga, K. (1988). *Negritude: Usos e sentidos*. (2ª ed.). Ática.
- Munanga, K. (1998). Teorias sobre o racismo. *Estudos & pesquisas* 4: Racismo – Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. EDUFF, 43–65.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Vozes.
- Munanga, K. (2002). A identidade negra no contexto da globalização. *Ethnos Brasil*, 1(1), 11–20. UNESP.
- Munanga, K. (2005). Apresentação. In *Superando o racismo na escola*. (2ª ed.). MEC–SECAD.
- Munanga, K. (2023, abril 23). *Mistura de sangue e territórios* [Vídeo]. YouTube. <https://youtu.be/6O78cb6-C3g?si=DSRwSvAAqLepg1gq>
- Nabuco, J. (2000). *O abolicionismo*. Publifolha. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo). <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>. Acesso em 03/12/2019.
- Orlando, A. F., & Ferreira, A. J. (2014). A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. *Acta Scientiarum*, 36(2), 207–216.

- Quijano, A. (2008). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Biblioteca Virtual CLACSO.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. (1ª ed.). Companhia das Letras.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535–548. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535

